

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA**

**EUNICE GARCIA CONEGERO
2017200530315**

**ORÇAMENTO PARTICIPATIVO COMO INSTRUMENTO DE ATUAÇÃO DA
SOCIEDADE CIVIL NA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS:
ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE VOTORANTIM-SP**

**VOTORANTIM
2018**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI

EUNICE GARCIA CONEGERO

**ORÇAMENTO PARTICIPATIVO COMO INSTRUMENTO DE ATUAÇÃO DA
SOCIEDADE CIVIL NA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS:
ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE VOTORANTIM-SP**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Especialização
em Gestão Pública da Universidade
Federal de São João Del Rei como parte
dos requisitos necessários à obtenção do
título de Especialista em Gestão Pública.

**VOTORANTIM
2018**

TERMO DE APROVAÇÃO

EUNICE GARCIA CONEGERO

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO COMO INSTRUMENTO DE ATUAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS: ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE VOTORANTIM-SP

Trabalho de conclusão de curso aprovado como requisito parcial para obtenção do título de especialista em Gestão Pública Municipal pela Universidade Federal de São João del Rei.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Viviane Chunques Gervasoni
UMESP- Presidente da Banca

Profa. Ms. Katia Cristina da Silva Izaias
UNICAMP

VOTORANTIM-SP
2018

RESUMO

A Gestão Participativa é um desejo cada vez almejado pela sociedade civil, pois denota a participação do povo, de forma ativa, nas decisões que envolvem todas as esferas governamentais e não mais apenas nas escolhas de seus gestores. Nesta forma de gestão, todas as decisões são tomadas pelo gestor, após serem ouvidos os membros da população. Dentre estas decisões que devem emanar da população, está a forma de gestão do orçamento anual da “maquina pública”. Para que esta gestão pudesse contar com a sociedade de maneira cada vez mais atuante, no ano de 1989, na cidade de Porto Alegre, o governo vigente do Partido dos Trabalhadores, criou o chamado “Orçamento Participativo” que defendia fortemente esta participação ativa da população nas decisões que envolviam os gastos e investimentos do dinheiro público nas áreas que mais demandavam necessidade. No município de Votorantim, o Orçamento Participativo foi implantado no ano de 2001 e, desde então, houve mudanças significativas na forma de gestão do orçamento municipal. Este trabalho teve por objetivo principal compreender a efetiva participação dos cidadãos nas tomadas de decisões em parceria com a administração municipal como forma da população exercer seu direito de reivindicar, buscar soluções, tornar o orçamento público mais democrático e assim contemplar verdadeiramente as reais necessidades de sua comunidade, região e de sua cidade.

Palavras-chave: Gestão Participativa, Orçamento Participativo, sociedade civil.

ABSTRACT

Participatory Management is a desire increasingly sought by civil society, as it denotes the active participation of the people in decisions that involve all governmental spheres and no longer only in the choices of their managers. In this form of management, all decisions are made by the manager, after being heard by the members of the population. Among these decisions that must emanate from the people, is the form of management of the annual budget of the "public machine". In order to be able to count on society in an increasingly active way, in 1989, in the city of Porto Alegre, the ruling government of the Workers Party created the so-called "Participatory Budget" that strongly defended this active participation of the population in the decisions that involved the expenditures and investments of the public money in the areas that most demanded the necessity. In the municipality of Votorantim, the Participative Budget was implemented in 2001 and, since then, there have been significant changes in the way the municipal budget is managed. The main objective of this work was to understand the effective participation of citizens in decision-making in partnership with the municipal administration as a way for the population to exercise their right to demand, seek solutions, make public budget more democratic and thus truly contemplate the real needs of their community, region and your city.

Keywords: Participative management, participatory budget, civil society.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Modelo de convite para as assembleias do OP.....	27
Figura 2- Modelo de questionário respondido pela sociedade.....	28

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Qual seu nível de escolaridade?.....	32
Gráfico 2- Você tem algum conhecimento a respeito dos termos “Gestão Participativa” e “Orçamento Participativo”?.....	33
Gráfico 3- Você tem conhecimento da implantação do Orçamento Participativo no município de Votorantim?.....	34
Gráfico 4- Qual sua percepção sobre os gastos do dinheiro público pelos gestores, desde a implantação do Orçamento Participativo até os dias atuais, no município de Votorantim?.....	35
Gráfico 5- Que área (s), em sua opinião, ainda necessita (m) de maior acompanhamento dos cidadãos e gestores para que haja melhor emprego das verbas públicas?.....	36

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Metodologia de implantação do Orçamento Participativo.....	23
Tabela 2- Divisão de regiões do município de Votorantim.....	26

SUMÁRIO

RESUMO	4
ABSTRACT	5
LISTA DE FIGURAS.....	6
LISTA DE GRÁFICOS.....	7
LISTA DE TABELAS	8
1 INTRODUÇÃO	10
1.1 Justificativa	11
1.2 Problema de Pesquisa	11
1.3 Hipótese do Problema de Pesquisa.....	12
2 OBJETIVOS.....	13
2.1 Objetivo Geral	13
2.2 Objetivos Específicos	13
3 REFERENCIAL TEÓRICO	14
4 METODOLOGIA	17
5 CONCEITOS DE GESTÃO PARTICIPATIVA E ORÇAMENTO PARTICIPATIVO	18
5.1. O que é Gestão Participativa?	18
5.2. O conceito de Orçamento Participativo	19
5.2.1. Entendendo a metodologia do Orçamento Participativo	22
6 VOTORANTIM- DA CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO À IMPLANTAÇÃO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO	25
6.1. A implantação do Orçamento Participativo no município de Votorantim...	26
7 ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DE VOTORANTIM- A SOCIEDADE CIVIL NA TOMADA DE DECISÕES.....	30
7.1. Breve entrevista com o secretário de governo à época da implantação do OP.	30
7.2. Questionário da população e as percepções sobre o Orçamento Participativo de Votorantim.....	31
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	39

1 INTRODUÇÃO

Sahione (1997) cita que,

O serviço público tem um papel-chave no processo de consolidação da democracia, mas tem, também, uma responsabilidade com o aprimoramento dos padrões atuais de eficiência, introduzindo inovações na gestão dos recursos públicos (financeiros, materiais-patrimoniais e humanos), possibilitando à sociedade enfrentar e superar a crise econômico-social. (SAHIONE, 1997, p.2)

Neste contexto, o Orçamento Participativo surge como uma proposta de inovação na gestão e prestação das contas do governo, de forma a inserir a sociedade civil na tomada de decisões que envolvem os gastos públicos, trazendo maior transparência para o uso das verbas públicas.

O Orçamento Participativo teve início no município de Votorantim no ano de 2001 como parte das propostas do governo em campanha à época. Esta implantação contou com várias reuniões entre governo e munícipes, de forma a elaborar e planejar um documento definitivo que pudesse nortear o Orçamento Participativo.

O presente trabalho surgiu da intenção de verificar se, de fato, ocorreram mudanças no município de Votorantim a partir da implementação do Orçamento Participativo e do reflexo que tais mudanças trouxeram ao pensamento da população em relação aos gastos públicos municipais. Para atingir o objetivo principal, o trabalho foi dividido em três capítulos.

O capítulo 1, intitulado “Conceitos de Gestão Participativa e Orçamento Participativo” buscou conhecer o significado de Gestão Participativa e Orçamento Participativo, bem como entender a utilização dos mesmos como meio de aproximação entre governo e sociedade civil nos atos que envolvem o ente público e seus gastos em benfeitorias para o município.

No capítulo 2, cujo título escolhido foi “Votorantim- da criação do município à implantação do Orçamento Participativo”, o intuito foi conhecer melhor o município

alvo da pesquisa e, desta forma entender todo o processo que culminou na implantação do Orçamento Participativo, no ano de 2001.

Já o capítulo 3 “Orçamento Participativo de Votorantim- a sociedade civil na tomada de decisões”, buscou verificar as mudanças ocorridas na gestão do orçamento público do município, através de entrevista com a gestão atuante à época da criação do Orçamento Participativo e, também, por questionários respondidos, atualmente, pela população para entender o que pensam os mesmos em relação a implantação do Orçamento Participativo, bem como os resultados já obtidos, dezessete anos após sua criação..

1.1 Justificativa

Rossi (2002) afirma que,

A democratização das relações de poder, através da participação do cidadão nas decisões orçamentárias e de investimentos na cidade, acontece a partir da divulgação de informações junto aos agentes, conferindo-lhes novos conhecimentos capazes de desencadear práticas duradouras, portanto, formativas. Durante a discussão do Orçamento Participativo, são desenvolvidas experiências de convívio que capacitam e qualificam o cidadão em habilidades que por sua vez, melhoram os desempenhos sociais. Assim se instaura um saber específico do "ser cidadão" participativo. (ROSSI, 2002, p. 01)

Assim, é fundamental que a população esteja bem informada sobre o que se passa na Prefeitura para poder exercer de fato sua cidadania durante o ano todo e não somente no dia das eleições, participando das discussões, o cidadão representando o Conselho do Orçamento Participativo, decide onde é melhor aplicar as verbas públicas e assim contemplar verdadeiramente as necessidades da população como um todo.

Desse modo, tal trabalho se mostra relevante de forma a demonstrar as mudanças ocorridas com a implantação da Gestão Democrática Participativa e do Orçamento Participativo na cidade de Votorantim-SP.

1.2 Problema de Pesquisa

Sabendo que a principal característica da Gestão Democrática Participativa é a atuação da sociedade na tomada de decisões, até que ponto a implementação do

Orçamento Participativo privilegiou a escolha dos cidadãos no processo de decisões do governo nas questões orçamentárias da cidade de Votorantim-SP?

1.3 Hipótese do Problema de Pesquisa

Ao final deste trabalho, espera-se compreender as mudanças ocorridas no município de Votorantim-SP após a implantação da Gestão Democrática Participativa, através do Orçamento Participativo.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Compreender a efetiva participação dos cidadãos nas tomadas de decisões em parceria com a administração municipal como forma da população exercer seu direito de reivindicar, buscar soluções, tornar o orçamento público mais democrático e assim contemplar verdadeiramente as reais necessidades de sua comunidade, região e de sua cidade.

2.2 Objetivos Específicos

- Conhecer a estrutura organizacional do Orçamento Participativo;
- Conhecer as etapas e as dificuldades encontradas para sua implantação;
- Evidenciar os pontos positivos e negativos de sua aplicação;
- Analisar os aspectos conceituais legais acerca do orçamento público;
- Verificar quais benefícios o Orçamento Participativo trouxe para as comunidades, regiões e para a cidade de Votorantim-SP.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

A participação do povo nas decisões políticas e econômicas já ocorre há muito tempo, desde seu surgimento na Grécia antiga, onde os cidadãos reuniam-se na *ágora* (praça pública) para decidirem a favor ou contra as leis ou ações da *polis* que governavam. (MEDEIROS, 2015)

Deriva daí o entendimento da palavra Democracia- *demos* (povo) *cracia* (governar), cuja melhor definição é a forma de governo onde os próprios cidadãos desenvolvem e executam os deveres de administrar e legislar o Estado.

Para tratar melhor desta definição convém citar GOMES (2006),

Na busca de respostas e definições, Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) é o caminho mais apropriado a ser seguido, visto que o pensador retoma as origens da tradição teórica do tema. A questão central então é descobrir como se dá a relação entre democracia e representação. O pano de fundo é o pensamento de Rousseau, sobretudo o que se encontra no *Do Contrato social*. A democracia é ali definida como uma forma de governo que é legítima quando pertencente a um Estado republicano. A república *rousseauuniana*, por sua vez, apresenta a estrutura ideal de um Estado legítimo, no qual impera a vontade geral. (GOMES, 2006, p.7)

Gestão Democrática Participativa é uma forma de exercício de poder e tomada de decisões, com base na participação da sociedade civil, trazendo assim os anseios e desejos da população para perto dos governantes. Desta forma, o povo auxilia os governantes na gestão das decisões, inclusive nos gastos realizados pelos cofres públicos, trazendo assim uma maior transparência ao processo de gestão governamental.

MARQUES e COSTA (2015), citando NOGUEIRA (2011), dizem que,

Se o aparato público abre-se para a participação, mas não se desburocratiza a participação não se completa. Se os atores sociais mobilizam-se, mas as coisas não saem do lugar, eles retrocedem e deixam de participar. Desburocratizar, porém, não significa apenas introduzir procedimentos competitivos, gerenciais, tecnológicos ou empreendedores para dinamizar as operações administrativas. Significa, acima de tudo, democratizar, abrir as organizações, oxigená-las, submetê-las a outros controles, promovendo um movimento virtuoso de crítica e de recriação organizacional. (NOGUEIRA, *apud*, COSTA e MARQUES, 2015, p. 8)

Isso é exatamente o que a Gestão Democrática busca fazer, trazer para a sociedade o poder de participação nas decisões do governo, de forma que todos possam auxiliar na construção e tomada de decisões de cada ente governamental.

Partindo desta modalidade de Gestão, foi criado o Orçamento Participativo, que visa inserir os cidadãos na tomada de decisões que envolvem o orçamento público, de forma a garantir que todos sejam ouvidos para que as verbas possam ser utilizadas de forma mais consciente e em demandas que sanem verdadeiramente as necessidades da população.

Pode-se entender, portanto, que o Orçamento Participativo tem sua origem fundada na ideia de participação do povo defendida pelo Estado Democrático Representativo, uma vez que seu foco está em defender a democratização nas relações do poder municipal. (VIGLIO, 2004, p.1)

O Orçamento Participativo brasileiro foi criado no ano de 1989, pelo governo do PT, na prefeitura de Porto Alegre “movidos pela esperança de criar processos orçamentários públicos, abertos e transparentes, que permitissem aos cidadãos se envolverem diretamente na seleção de resultados específicos de políticas públicas.” (WAMPLER, 2008, p.67, *apud* ABERS, 2000; BAIOCCHI, 2005; AVRITZER, 2002)

A população, através do Orçamento Participativo, começa a tomar conhecimento do orçamento público de sua cidade (Finanças), do que entra (Receita) e do que sai (Despesa) de dinheiro dos cofres públicos, pois aprendem a diferença entre o orçamento domiciliar e orçamento público municipal, além de opinar, passa a auxiliar na decisão desse orçamento.

Importante lembrar que conhecendo o orçamento público, a população pode participar de maneira consciente na definição dos rumos de sua cidade.

Sabe-se que em casa o que sobra após pagarmos contas e/ou dívidas, a família decide onde vai investir o que sobrou, podendo decidir sobre a compra de um carro novo, uma nova TV, roupas e calçados, ou ainda aplicar em poupança, etc.

Já na Prefeitura, o dinheiro arrecadado que não é usado na manutenção da cidade e pagamento de despesas e/ou dívidas, vai para o investimento em novas obras, novos serviços e/ou melhorias dos próprios municipais já existentes.

Importante salientar que todo ano, a Lei Orçamentária para o ano seguinte passa pelo Legislativo (Casa de Leis) para ser aprovada, e que o Orçamento Público

é uma previsão do que a Prefeitura vai arrecadar, bem como das despesas que serão feitas no próximo ano.

No município de Votorantim-SP, a lei nº 1907 de 10 de outubro de 2006, que institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado ao Município de Votorantim, cita em seu artigo 2º, parágrafo 2º, inciso V, que,

§ 2º Além do Plano Diretor, o processo de planejamento municipal tem por base os seguintes itens:

I- ...

II-...

III-...

IV-...

V- gestão orçamentária participativa;

VI-...

VII-...

VIII-... (2006).

A partir do ano de 2006, o município aderiu ao Orçamento Participativo como forma de tornar as decisões mais democráticas, contando com reuniões onde membros da sociedade possam participar, dando suas opiniões e sugestões para utilização consciente e adequada das verbas públicas. Foram vários encontros que culminaram no modelo de Gestão e Orçamento existente, atualmente, no município.

4 METODOLOGIA

O presente trabalho foi realizado através do cruzamento de duas metodologias. Foi realizada uma extensa revisão bibliográfica, utilizando como fontes de pesquisa, principalmente, sites acadêmicos como Scielo, Google Acadêmico, Portal de periódico da CAPES, entre outros, para estudo das leis e conhecimento de outras experiências que obtiveram ou não o êxito desejado, além de pesquisa documental e levantamento de dados, através de entrevista com atuais e antigos gestores e questionário com a população.

A partir dos dados coletados foi possível entender a origem do Orçamento Participativo, conhecer diversas experiências de municípios que já utilizam esta forma de gestão do orçamento público, bem como compreender a forma como o Orçamento Participativo foi criado no município de Votorantim-SP e as percepções da população nas mudanças ocorridas no referido município, após sua implantação.

5 CONCEITOS DE GESTÃO PARTICIPATIVA E ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

O sistema de gestão brasileiro é baseado nos princípios da democracia, ou seja, o poder emana do povo. Desta forma, a população é a responsável por escolher aqueles que irão governá-los e, também, gerir os recursos financeiros destinados à manutenção dos serviços essenciais ao bom andamento do país.

Porém, após a escolha dos governantes, toda a responsabilidade pela gestão destes recursos passa a ser dos gestores eleitos, sobrando para a população apenas o acompanhamento dos gastos públicos, através dos portais de transparência e dos dados divulgados pela imprensa. Assim, o povo deixa de ser atuante nos processos de decisão da máquina pública para serem espectadores das decisões tomadas pelos gestores.

5.1. O que é Gestão Participativa?

A Gestão Participativa encontra-se baseada nos princípios da democracia, pois só se pode exercitar a mesma através da participação dos cidadãos.

Kleba *et al.* (2015), citando Azevedo (2005), dizem que,

Desde a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, em 1988, cidadãos e sociedade civil organizada passam a ter direito de participar diretamente em processos decisórios relacionados ao Estado brasileiro (Azevedo, 2005). Nessa perspectiva, a gestão das políticas públicas promove maior interlocução entre atores e organizações que, uma vez reunidos em diferentes espaços de interesse público, podem viabilizar processos participativos e democráticos na relação entre governo e sociedade civil. (Kleba *et al.*, 2015, p.1060)

Desta forma, pode-se entender a gestão participativa como uma forma de gestão onde os processos de diálogos e decisões procuram englobar todos aqueles que estão envolvidos em determinado assunto, buscando ouvir e compartilhar o conhecimento de cada um para, assim, poder identificar os desafios e metas a

serem alcançados, planejando, com o apoio de todos, as ações e decisões a serem tomadas em benefício do coletivo.

No Brasil, esta forma de gestão ainda encontra dificuldades para ser implementada, apesar de algumas tentativas, como demonstra Dasso Jr. (2013),

Podemos afirmar que o princípio da participação popular não foi até hoje implementado no Brasil, apesar de algumas escassas experiências, normalmente limitadas ao poder local, como o Orçamento Participativo (OP), Conselhos Gestores, Fóruns Regionais e Conselhos Comunitários. Entretanto, não é por falta de previsão legal que a participação popular não se dá. A Constituição brasileira possui vários mecanismos que poderiam aproximar o povo da tomada de decisões. Já no artigo 1º, parágrafo único da Constituição Federal de 1988, o constituinte incluiu a possibilidade da participação popular. “Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente nos termos desta Constituição”. Posteriormente, o artigo 14 garantiu o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular. Já, o artigo 29, que trata da organização das cidades, requereu a participação dos representantes de associações populares no processo. Outros artigos requereram a participação das associações civis na implementação das políticas de saúde e assistência social. (DASSO Jr., 2013, p. 5-6)

Isso mostra que o legislador se preocupou em demonstrar a importância da participação do povo na tomada de decisões, garantido na Constituição o direito de todos participarem da gestão do país, não só de forma indireta, através da escolha de governantes, como de forma direta, como cita o artigo 14, o qual garante o direito ao plebiscito, referendo e iniciativa popular, todos demonstrando o poder dado à população de exercer sua cidadania, opinando nos assuntos que envolvem o coletivo.

Entretanto, poucos são os momentos na história do país onde se viu o povo utilizar estes direitos garantidos por lei. Como consequência, o poder que deveria emanar do povo, acaba sendo concentrado em uma pequena massa que controla as decisões, agravando a crise social e política que se instalaram no país. Dasso Jr. (2013) busca explicar como se dá a participação do povo, quando diz que,

Cidadania e participação popular têm uma existência muito íntima. Portanto, é lógico pensar que, tendo em vista a escassa resposta institucional às demandas básicas da população, o agravamento da crise social (identificada claramente no crescimento assustador dos excluídos) e a crise no sistema político brasileiro, cabe a sociedade a tarefa de repensar se temos de fato democracia no Brasil. Do lado dos pobres, temos

evidentemente uma perda de cidadania. Abaixo de um mínimo de recursos para sobreviver, falar em cidadania constitui um mero exercício de retórica. Do lado dos ricos, a partir de um certo nível de concentração da renda e da riqueza, as diversas pirâmides de poder econômico tornam-se predominantes em termos de influência sobre o poder político. Sendo assim, achamos que a única forma de construir um processo democrático articulado é introduzir a participação popular como elemento central no contexto da Gestão Pública. (DASSO Jr. 2013, p.6)

Neste contexto, a gestão participativa se mostra como sendo de extrema importância para o bom funcionamento da “máquina pública”, pois desta forma gestores e cidadãos tornam-se seres atuantes nas decisões que envolvem o futuro de todos.

Dentre estas decisões que podem e devem ser tomadas pelo coletivo, incluem-se os gastos públicos, ou seja, a forma de distribuição do dinheiro nos diversos setores públicos, para que eles possam beneficiar a todos de maneira igualitária. Para que estas decisões possam beneficiar a população de forma justa, há necessidade de participação desta no planejamento do orçamento público, e é neste momento que entra o chamado Orçamento Participativo. Mas, afinal, do que se trata esta modalidade de orçamento?

5.2. O conceito de Orçamento Participativo

Todos os anos, os gestores federais, estaduais e municipais devem organizar seus gastos, tanto relatando aqueles que já foram realizados, como planejando os que serão feitos no ano seguinte. Para isso, baseiam-se nos princípios definidos pelas Leis Orçamentárias Anuais.

O orçamento é formado pelas receitas e despesas que os governantes pretendem utilizar, mensalmente, para que os setores possam funcionar de forma a atender, adequadamente, a população. As receitas são formadas por todo o dinheiro que entra nos cofres públicos e as despesas por todos os gastos realizados pelos gestores.

A receita pública de um município provém de duas fontes: as receitas próprias que são formadas pelas taxas e impostos pagos pela população à prefeitura e os

repasse de verbas que são recursos oriundos dos governos estaduais e federal, também resultado dos impostos pagos pelos cidadãos a estes entes e que retornam, em parte, aos municípios.

Já as despesas públicas são gastos necessários para manter o funcionamento adequado dos serviços públicos já existentes no município, bem como arcar com o pagamento de dívidas contraídas, além de novos investimentos para melhorias nas instalações e serviços prestados à população.

Gestores de diversos municípios brasileiros têm buscado adotar uma nova forma de gerir seus recursos financeiros, ao incluir o povo nas decisões que interferem, diretamente, no planejamento dos gastos públicos, resultando em uma melhor distribuição das verbas para os setores que mais necessitam, de acordo com os apontamentos realizados pela própria população: o Orçamento Participativo. Mas, o que é Orçamento Participativo?

Segundo o pensamento de Santos (2012),

Em termos simples o OP poder ser definido como um modelo de gestão do orçamento de um dado município ou freguesia (porque é ao nível local que a experiência se reproduz) que inverte as relações tradicionais, relações político-sociais, de produção de decisões relativas a políticas públicas. Privilegiando, com essa inversão, relações de produção de decisões, com efeitos propriamente políticos, projetadas (“automatizadas”) da base para o topo (down-top). É bem esta procura e conseqüente solidificação de padrões de gestão da coisa pública, conduzidos de maneira sistemática da base para o topo (e não o inverso), que perfaz a “essência” do OP e, co-extensivamente, da própria democracia. (SANTOS, 2012, p. 23)

De forma simplificada, o que Santos buscou explicar é que o Orçamento Participativo pressupõe a efetiva participação e conhecimento pelo povo das finanças de determinado município.

Para que se possa entender um pouco mais sobre o Orçamento Participativo, há que se entender, primeiramente, sua origem. Broietti (2014), citando PIRES (2000), mostra que o surgimento do Orçamento Participativo se deu em três momentos:

- a) No primeiro momento surge a necessidade de criar novos modelos de gestões públicas que abrangem a possibilidade de uma maior participação popular;
- b) O segundo momento surge coincidentemente com a conquista de um partido totalmente de esquerda a frente de um município, o PT (Partido dos Trabalhadores) tem prefeitos eleitos em 36 (trinta e seis) prefeituras nas eleições de 1985, onde a sistemática e os objetivos de tornar uma gestão pública mais participativa pela população começa e ser posta em prática;
- c) No último momento a adesão de outros partidos políticos que não os de esquerda pela mesma metodologia de implementar ferramentas que possibilitem uma maior participação popular. (BROIETTI, 2014, p. 4-5)

Na década de 1970 foram realizadas as primeiras experiências utilizando a participação do povo na tomada das decisões orçamentárias e, em 1989, o Partido dos Trabalhadores conseguiu, enfim, implementar o modelo do Orçamento Participativo no município de Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

O sucesso desta implantação se deu, principalmente, pelo fato deste município “ter fortes tradições em movimentos sociais que buscavam maior transparência e participação popular na administração e também pelo fato de ser administrada por um partido de esquerda, logo após a homologação da Constituição Federal.” (BROIETTI, 2014, p.5, *apud* Mantovanelli, 2001)

5.2.1. Entendendo a metodologia do Orçamento Participativo

Adotar o Orçamento Participativo em um município não é algo que acontece de um dia para o outro. É necessário haver um bom planejamento, com reuniões que envolvam a sociedade, pesquisas sobre as necessidades apontadas, entre outros pontos. Para que a implantação do Orçamento Participativo obtenha o sucesso esperado, há que se criar uma metodologia para determinar metas e objetivos a serem alcançados, a curto, médio e longo prazo. A Tabela 1 apresenta a metodologia que deve ser adotada para implantar o Orçamento Participativo no município:

Tabela 1- Metodologia de implantação do Orçamento Participativo

Passo	O que deve ser feito
Capacitação de lideranças	O gestor deve reunir lideranças das regionais, explicando a metodologia e apresentando o calendário de reuniões.
Lançamento do Orçamento Participativo	Apresenta-se a história do Orçamento Participativo à população para buscar a participação dos mesmos nas reuniões seguintes.
Orçamento Participativo Interno	As secretarias, coordenadorias e administrações regionais realizam suas prestações de contas dos dois anos anteriores e apresentam, também, a previsão para o próximo ano, além dos projetos elaborados no Planejamento Estratégico.
Plenárias sub-regionais	O gestor presta contas à população dos gastos públicos nos dois anos anteriores e os cidadãos elegem seus delegados do Orçamento Participativo. Neste momento, as entidades cadastradas nas Secretarias de Desenvolvimento Social terão confirmado um de seus diretores como delegado nato.
Plenárias temáticas	As secretarias e coordenadorias apresentam seus programas e serviços que são oferecidos aos usuários. Após esta apresentação, são formados os debates com os usuários.
Plenárias regionais	A prefeitura realiza reuniões para prestar contas à população, das receitas, despesas e obras iniciadas nos anteriores, bem como as previstas para o ano seguinte.
Congresso Municipal	É feita a aprovação do regimento do Congresso Municipal do Orçamento Participativo, pelos delegados escolhidos anteriormente, onde os conselheiros do Orçamento Participativo e de outros conselhos apresentam seus comentários de acordo com suas áreas de atuação.
Elaboração da peça Orçamentária	Um projeto orçamentário é elaborado pela equipe técnica da prefeitura, apresentando as prioridades aprovadas pelos delegados do Orçamento Participativo durante as plenárias.
Entrega do projeto de orçamento na Câmara	No prazo determinado, o gestor apresenta, para apreciação do legislativo, o projeto orçamentário para o próximo exercício.
Acompanhamento	Os delegados e conselheiros do Orçamento Participativo realizam o acompanhamento da análise do projeto orçamentário, desde a análise até a votação final pela Câmara de Vereadores. Há discussões com o legislativo sobre possíveis emendas e alterações realizadas no projeto para facilitar a aprovação da Lei Orçamentária conforme a proposta aprovada no Congresso do Orçamento Participativo. Após a aprovação do orçamento pela Câmara, os conselheiros do Orçamento Participativo acompanham todas as etapas de sua execução.

Desta forma, governo e sociedade civil passam a ter uma visão mais ampla dos gastos que são realizados pelos cofres públicos, havendo assim um maior

acompanhamento das finanças do município, bem como a possibilidade de escolha das áreas prioritárias pela população local.

6 VOTORANTIM- DA CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO À IMPLANTAÇÃO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

O município de Votorantim está localizado na região sudoeste do Estado de São Paulo e fica distante da capital em 108km. Com uma área total de 183.998km², está a 570m do nível do mar, possui relevo montanhoso e clima tropical, com temperatura média anual de 20 graus.

A cidade, cuja população foi contabilizada segundo estimativa do IBGE, no ano de 2017, em 119.898 habitantes, está situada num dos principais eixos industriais do Estado, fazendo divisa com as cidades de Sorocaba (que administrava o município, enquanto o mesmo era Distrito), Piedade, Ibiúna, Salto de Pirapora e Alumínio, tendo como principais vias de acesso rodovias como Castelo Branco (SP-280), João Lemes dos Santos (SP-264), Raposo Tavares (SP-270) e a SP-79 que corta o município e o liga ao litoral sul de São Paulo.

Fundada em meados do século XVII, por Paschoal Moreira Cabral, primeiro habitante do município e parente do fundador de Sorocaba, Baltazar Fernandes, foi elevada a Distrito em 18 de agosto de 1911, sendo sua emancipação política datada de 01 de dezembro de 1963 e a instalação definitiva como município em 27 de março de 1965. O município comemora seu aniversário em 08 de dezembro.

O nome Votorantim deriva do tupi guarani “Botu-ra-ti ou Boturantim” que significa Grande Espuma Branca ou Grande Cascata Branca, dado por conta de uma cachoeira, conhecida por seu volume de água e recantos naturais, tornando-a a principal atração local e que, de acordo com historiadores, foi motivo da vinda do imperador Dom Pedro II e da imperatriz Dona Tereza Cristina para conhecerem a região.

Seu IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) de 0,767, é considerado elevado e um dos melhores das cidades da região.

Sua economia está baseada na indústria, principalmente de cimento, sendo considerada a maior produtora do produto no país, além de tecidos, papel, papelão, celulose, cal, embalagem, equipamentos variados, inclusive eletrônicos. A cidade de

Votorantim conta, ainda, com cultivo de produtos agrícolas, principalmente de hortifrutigranjeiros, criação de gado de corte e leiteiro, aves e outros animais.

O turismo também encontra-se bem estruturado no município e seus principais pontos turísticos são: Barragem Santa Helena, Cachoeira da Chave, Cascata Votocel, Prainha Santa Helena, Parque Ecológico do Matão, Represa de Itupararanga, Cachoeira São Francisco, Igreja Santa Helena e Fazenda Santo Antônio. Há, ainda, outras opções e uma das principais festas anuais, a Festa Junina de Votorantim, é muito conhecida e apreciada por pessoas da região, trazendo um crescimento considerável à economia.

6.1. A implantação do Orçamento Participativo no município de Votorantim.

O processo de implantação do Orçamento Participativo no município de Votorantim teve início no ano de 2001, durante a gestão do então prefeito Jair Cassola, como forma de inserir a sociedade civil na tomada de decisões e tornar mais transparente o processo dos gastos realizados pelos cofres públicos.

Dando início aos trabalhos, o município foi dividido em 11 regiões para a realização das assembleias do Orçamento Participativo, conforme apresentado na Tabela 2, a seguir.

Tabela 2- Divisão de regiões do município de Votorantim

Região	Bairros compreendidos
Região 1	Parque Bela Vista, Icatú, Maria José, Morumbi e Paraíso
Região 2	Rio Acima, Jardim Paulista, Vila Irineu e Vila dos Índios
Região 3	Tatiana, Novo Mundo e Green Valley
Região 4	Barra Funda, Fornazari, Agostinho Kriquer, Vale do Sol e Dominginho
Região 5	Itapeva, São Lucas, Jardim Europa e Jataí
Região 6	Promorar, Vila Nova, São Mateus, Prédios e Vila dos Morros
Região 7	Vila Garcia, Curtume, Jardim Toledo e São Luiz

Região 8	Jardim Archila e Ângelo Vial
Região 9	Serrano I e II, Santo Antonio, Vila Gail, Bandeirantes, Santos Dumont, Vila Amorim e Votocel
Região 10	Clarice, Vossoroça, Mirante dos Ovni's, Monte Sião e Vila Lemos
Região 11	Avenida 31 de Março, Vila Albertina, parte da Paula Ney e Monte Alegre

Em cada uma dessas regiões, os participantes das assembleias elegeram, por voto direto, as prioridades e os Conselheiros responsáveis pelo acompanhamento direto da elaboração do OP, participando das visitas aos locais citados pelos moradores para receber melhorias, além de reuniões com os secretários municipais e com o prefeito e a organização final da votação que escolheu as prioridades para cada região. Foram feitas convocações para a população, a fim de obter a participação do maior número possível de cidadãos nas assembleias, como mostra a Figura 1, criando assim, o primeiro vínculo entre gestores e sociedade civil.

Figura 1- Modelo de convite para as assembleias do Orçamento Participativo



Fonte: Prefeitura Municipal de Votorantim

A Figura 2 apresenta o questionário respondido pela população em cada uma das regiões para eleger as prioridades apontadas. Trata-se de um questionário simples, com 4 questões, sendo duas dela abordando problemas e prioridades da região em que se encontravam os moradores e as outras duas questionando problemas e prioridades na cidade, como um todo.

Figura 2- Modelo de questionário respondido pela sociedade

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO **QUESTIONÁRIO** **VOTORANTIM**

NOME: _____ IDADE: _____ SEXO: F M
 ENDEREÇO: _____
 CEP: _____ BAIRRO: _____ TELEFONE: _____

1. CITE OS 3 PRINCIPAIS PROBLEMAS NA SUA REGIÃO:

<input type="radio"/> TRÂNSITO	<input type="radio"/> ASFALTO
<input type="radio"/> TRANSPORTE	<input type="radio"/> ILUMINAÇÃO PÚBLICA
<input type="radio"/> VIOLÊNCIA	<input type="radio"/> MORADIA
<input type="radio"/> ESCOLA	<input type="radio"/> COLETA DE LIXO
<input type="radio"/> POSTO DE SAÚDE	<input type="radio"/> URBANISMO
<input type="radio"/> CULTURA E LAZER	<input type="radio"/> ANIMAIS NAS RUAS
<input type="radio"/> LIMPEZA DE TERRENOS	<input type="radio"/> OUTROS _____
<input type="radio"/> ESGOTO	

2. CITE OS 2 PRINCIPAIS PROBLEMAS NA CIDADE:

<input type="radio"/> TRÂNSITO	<input type="radio"/> URBANISMO
<input type="radio"/> DESEMPREGO	<input type="radio"/> MEIO AMBIENTE
<input type="radio"/> SAÚDE	<input type="radio"/> ESPORTE
<input type="radio"/> EDUCAÇÃO	<input type="radio"/> ILUMINAÇÃO PÚBLICA
<input type="radio"/> TRANSPORTE	<input type="radio"/> COLETA DE LIXO
<input type="radio"/> VIOLÊNCIA	<input type="radio"/> ANIMAIS NAS RUAS
<input type="radio"/> CULTURA E LAZER	<input type="radio"/> OUTROS _____

3. CITE AS 3 OBRAS/PROGRAMAS PRIORITÁRIOS PARA SUA REGIÃO:

1. _____
 2. _____
 3. _____

4. CITE AS 2 OBRAS/PROGRAMAS PRIORITÁRIOS PARA A CIDADE:

1. _____
 2. _____

Digitado 23/2/1901

COMUNIDADE E GOVERNO JUNTOS TRANSFORMAM VOTORANTIM

Fonte: Prefeitura Municipal de Votorantim

A partir dos dados recolhidos, nos anos de 2001 a 2002, foram apresentados vários documentos com propostas de investimento nas sessões públicas e várias através dos questionários preenchidos, demonstrando a validade do instrumento.

Num segundo momento, aconteceram reuniões com as diretorias das associações de bairro e lideranças comunitárias, onde todos puderam conhecer o funcionamento do Orçamento Participativo. O vice-prefeito Pivetta e o secretário de governo, senhor Vande, representaram o Governo Municipal e, juntamente com os

coordenadores, detalharam como seriam desenvolvidos os projetos e, também, a importância da participação de toda a sociedade nas etapas.

Foi importante perceber que, após as pesquisas, várias das obras citadas pela população e escolhidas como prioridades já estavam ou seriam iniciadas pela administração municipal o que confirmou o fato do poder público já estar em sintonia com as reais necessidades da população que o Orçamento Participativo apenas abriu o espaço necessário para que a sociedade civil pudesse participar ativamente das decisões sobre os investimentos e gastos.

Após a finalização e aprovação do Orçamento Participativo pela sociedade, o mesmo foi assinado pelo prefeito e enviado à Câmara Municipal que recebeu, pela primeira vez, as solicitações feitas diretamente pelo povo.

Em sessão da Câmara, o Orçamento Participativo foi analisado e aprovado definitivamente para dar início ao atendimento das prioridades apontadas pela sociedade civil, sendo algumas delas as pavimentações dos bairros Fornazari, Tatiana, Novo Mundo e São Lucas, cadastro dos moradores e dos terrenos dos bairros Green Valley, Tatiana e Novo Mundo, visando efetuar o processo de regularização via Corregedoria Cartorária e retirada de famílias de área de risco no bairro Promorar, com construção de 14 residências de baixo custo no Jardim São Matheus para dar a estas famílias condições de viverem com mais dignidade.

Essas e outras demandas descritas como prioritárias pelos moradores do município foram os primeiros frutos da implantação do Orçamento Participativo em Votorantim. No ano de 2018, completa-se 17 anos da implantação do Orçamento Participativo em Votorantim e diversas melhorias foram realizadas ao longo deste período.

7 ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DE VOTORANTIM- A SOCIEDADE CIVIL NA TOMADA DE DECISÕES

O ano de 2018 marca os 17 anos da implantação do Orçamento Participativo no município de Votorantim e, com isso, torna-se necessário entender como a população avalia as mudanças realizadas durante este período e qual a percepção dos mesmos e do governo criador do projeto do Orçamento Participativo em Votorantim sobre a forma como estão sendo tomadas as decisões sobre os gastos públicos.

7.1. Breve entrevista com o secretário de governo à época da implantação do OP.

Para entender um pouco mais sobre a implantação do Orçamento Participativo no município de Votorantim, foi realizada uma pequena entrevista com o secretário de governo do prefeito Jair Cassola e vice-prefeito Pivetta, senhor Vande. Esta entrevista ocorreu em 23 de julho de 2018 e foram realizadas 3 perguntas ao mesmo.

A primeira pergunta buscou saber como surgiu a proposta de implantação do Orçamento Participativo em Votorantim. O secretário informou que o OP é uma proposta de governo que foi criada pelo Partido dos Trabalhadores a nível nacional e que, assim como já havia sido implantada em outras cidades do país, no ano de 2001, ficou decidido por sua implantação, também, no município de Votorantim.

Questionado sobre a importância da implantação do Orçamento Participativo em Votorantim, o mesmo informou que este foi um importante marco para a forma de Gestão do Orçamento Público, principalmente porque o Orçamento Participativo permite que a população participe dos investimentos realizados no município e auxilia o governo a entender as prioridades com a participação da sociedade.

Por fim, questionado sobre a avaliação feita ao final da gestão do governo em que foi secretário e após a implantação do Orçamento Participativo o senhor Vande

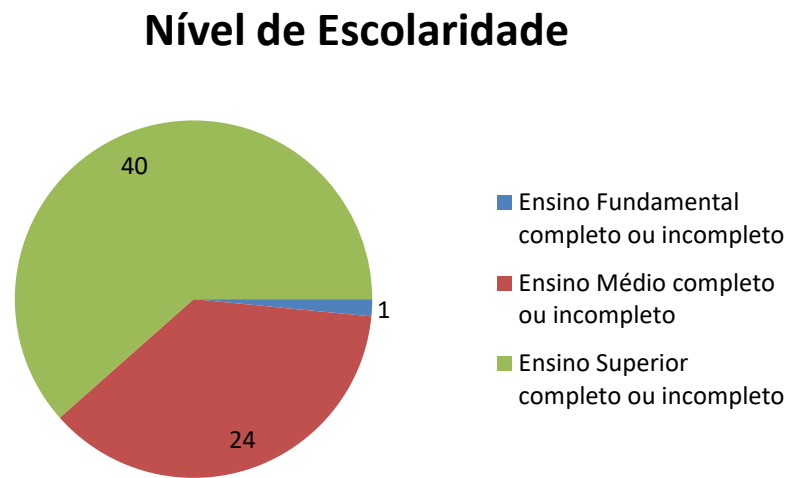
informou que acredita ter sido ótima, pois foi um aprendizado também para o governo. Acredita também que com a implantação do Orçamento Participativo, a população começou a ter consciência da sua participação nas decisões que envolvem seu futuro e passaram a conhecer um pouco mais da máquina pública.

7.2. Questionário da população e as percepções sobre o Orçamento Participativo de Votorantim.

Para finalizar o trabalho e entender a forma como o Orçamento Participativo está sendo percebido durante estes 17 anos de funcionamento, foi realizada uma pesquisa de opinião com moradores do município, com o intuito de verificar se os mesmos sentem alguma mudança na forma de gestão implantada. Para isso, foi enviado a 200 cidadãos de Votorantim um link para preenchimento de um formulário contendo quatro questões simples e de múltipla escolha e uma questão onde poderia ser marcada mais de uma alternativa. Ao final do período da pesquisa, houve a participação de 65 pessoas, um número pequeno, mas que pôde servir de amostra para se ter uma percepção da importância do Orçamento Participativo para a sociedade.

A primeira questão era bem simples e tratava-se apenas de saber o nível de escolaridade de cada participante. Através do gráfico 1 pode-se perceber que a maioria dos participantes já possuem nível superior, enquanto que apenas um participante possuía somente o ensino fundamental.

Gráfico 1- Qual seu nível de escolaridade?

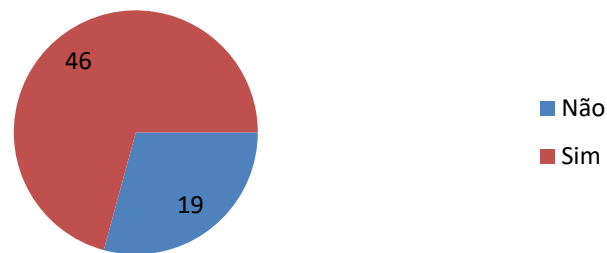


Fonte: Autoria própria

No gráfico 2 está o resultado da segunda questão que buscou aferir o conhecimento dos participantes sobre os termos “Gestão Participativa” e “Orçamento Participativo”. A grande maioria dos participantes disse conhecer tais termos, o que mostra que mesmo após 17 anos da implantação o Orçamento Participativo ainda é um tema presente no município.

Gráfico 2- Você tem algum conhecimento a respeito dos termos “Gestão Participativa” e “Orçamento Participativo”?

Conhecimento de Gestão Participativa e Orçamento Participativo

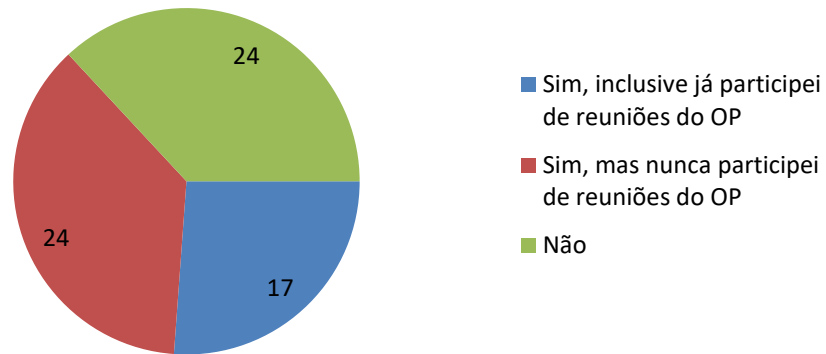


Fonte: Autoria própria.

Entretanto, a questão de número 3 foi surpreendente, pois ao questionar os participantes sobre o conhecimento da implantação do Orçamento Participativo no município de Votorantim, apenas 17 entrevistados disseram ter o conhecimento e participarem ou terem participado de reuniões de planejamento e/ou de apresentação dos gastos públicos. O gráfico 3 demonstra que a grande maioria dos entrevistados ou tem conhecimento do Orçamento Participativo, porém nunca participou do mesmo, ou nem sequer tinham conhecimento desta implantação em seu município, o que se mostra um tanto preocupante para o projeto, pois mostra que esta ferramenta tão importante de participação popular pode não ser muito bem divulgada à sociedade.

Gráfico 3- Você tem conhecimento da implantação do Orçamento Participativo no município de Votorantim?

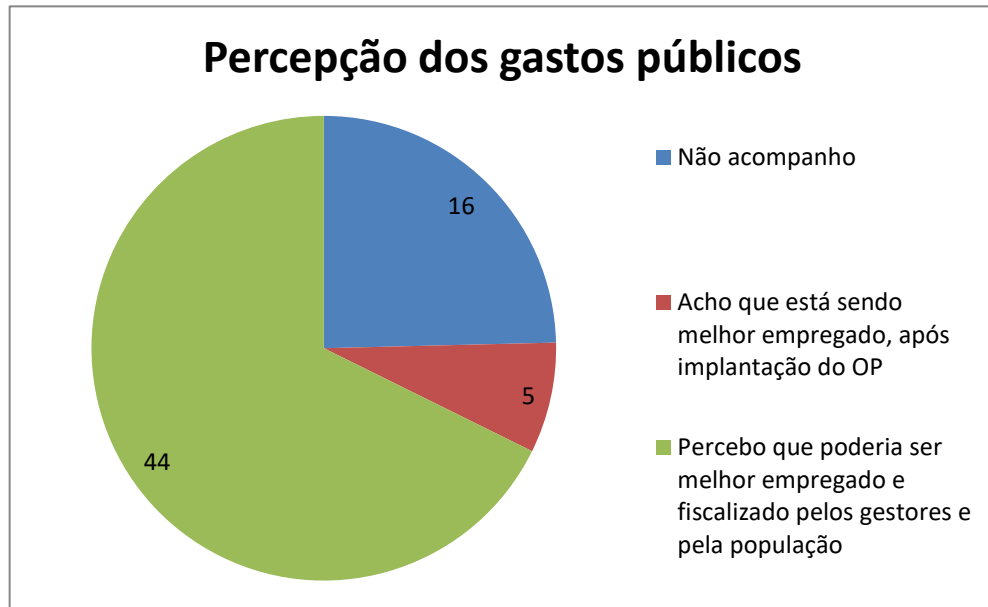
Conhecimento sobre a implantação do OP em Votorantim



Fonte: Autoria própria.

O gráfico de número 4 questiona a percepção dos participantes sobre os gastos do dinheiro público pelos gestores após a implantação do Orçamento Participativo. A maior parte dos entrevistados disse perceber que o dinheiro público poderia ser melhor empregado, pois ainda há áreas necessitando de melhor acompanhamento pelos gestores e pela população. Isso mostra que, mesmo após tantos anos de implantação do Orçamento Participativo, a população ainda sente que necessita de maior acompanhamento do governo e da população na tomada de decisões sobre os investimentos públicos do município.

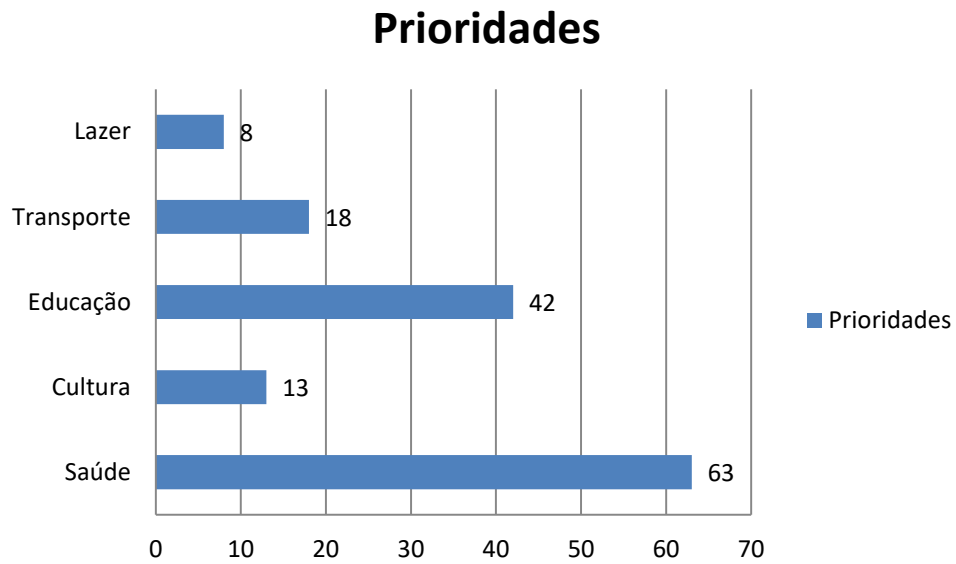
Gráfico 4- Qual sua percepção sobre os gastos do dinheiro público pelos gestores, desde a implantação do Orçamento Participativo até os dias atuais, no município de Votorantim?



Fonte: Autoria própria.

A questão de número 5 buscou entender a percepção dos participantes sobre qual ou quais áreas ainda necessitam de maior acompanhamento dos cidadãos e gestores para que haja melhor emprego das verbas públicas. Nesta questão, os participantes podiam escolher mais de uma alternativa e das 65 respostas coletadas, 63 apontaram a Saúde como sendo a área que mais necessita de atenção da prefeitura, neste momento, seguida pelas áreas da Educação e Transporte, como demonstra o gráfico 5, o que leva a perceber que a população ainda sente que as verbas públicas devem ser melhor empregadas em setores de primeira necessidade.

Gráfico 5- Que área (s), em sua opinião, ainda necessita (m) de maior acompanhamento dos cidadãos e gestores para que haja melhor emprego das verbas públicas?



Fonte: Autoria própria.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Orçamento participativo vem se tornando, ao longo dos anos, uma importante ferramenta de participação da sociedade na tomada de decisões que envolvem a máquina pública e o uso eficiente das verbas destinadas aos municípios. Com o auxílio da sociedade civil, o governo pode se organizar da forma mais adequada para decidir os gastos e investimentos feitos em sua cidade, pois ouve dos próprios cidadãos quais as prioridades apontadas pelos mesmos para aquele exercício fiscal.

Esta ferramenta tem se mostrado como um grande avanço para os que a implantam, entretanto, ao final deste trabalho, pôde-se perceber que ainda há muito a ser feito para que a população exerça, de fato, o poder que lhe é dado pela Constituição e, para que isso possa acontecer, deve haver uma comunicação ainda melhor entre os governantes e o povo, de forma a que estes possam se sentir, realmente, inseridos nas decisões tomadas pela gestão pública.

No caso do município de Votorantim-SP, o Orçamento Participativo surgiu como proposta de campanha do candidato pertencente ao Partido dos Trabalhadores e durante o trabalho realizado por três gestões deste governo, foi organizada toda a parte burocrática administrativa, atas de presença, coordenação de panfletos de convocação da população, cartões de votação nas assembleias, contagem de votos, apresentação através de slides para visualização nas reuniões e votações, etc. Após o primeiro ano foram feitos jornais para apresentação à população para acompanhamento, transparência do governo junto à população, para informar o andamento das propostas bem como da realização dos pedidos destes.

Houve certa dificuldade no início, pois a população não comparecia nas reuniões, mas esse quadro começou a mudar a partir do momento que começaram a ouvir seus vizinhos falar da participação e de começarem a ver alguns pedidos serem atendidos, como serviços de tapa buracos, limpeza e capinação de ruas, manutenção de iluminação em vias públicas, entre outros. As assembleias deviam contar com um quorum mínimo de 100 pessoas, o que dificultou este início.

Porém, nem toda reivindicação pode ser atendida de imediato, pois muitas vezes esse número de reivindicações e projetos propostos, assim como seus

valores correspondentes foram maiores do que os recursos disponíveis. Exemplo disto eram as reivindicações de prerrogativas de nível Estadual e/ou Federal, que o Governo Municipal não podia realizar, mas que sugeria tratativas de negociação do governo municipal junto a essas esferas, como exemplo citei a colocação de passarela e mudanças na rodovia defronte ao bairro Green Valley, visto que muitos acidentes ocorreram naquela rodovia estadual, onde o DER (Departamento de Estradas de Rodagem) fazia sua gestão e, que a população foi atendida estando hoje com passarelas de travessia gerando muitos benefícios para os mesmos.

Ao final da pesquisa o que se pôde perceber é que durante estes 17 anos de implantação do Orçamento Participativo muita coisa mudou, muitas das prioridades apontadas pela sociedade à época da implantação foram sanadas, porém, com o passar do tempo, o Orçamento Participativo tornou-se rotina na vida de alguns, enquanto que para outros ele sequer foi apresentado. Isso demanda do atual governo a necessidade de voltar a divulgar a ferramenta para a população, de forma mais efetiva, de maneira que estes possam estar sempre em contato com as decisões que o governo toma e das quais eles também podem fazer parte. O Orçamento Participativo deve ser apenas o início da empreitada para que a sociedade do município de Votorantim consiga atingir uma gestão pública cada vez mais participativa, em todos seus setores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm Acesso em 25 maio 2018.

BROIETTI, C., **Orçamento participativo: alguns motivos pelo baixo índice de municípios adeptos**. Disponível em:

<http://www.uel.br/eventos/orcamentopublico/pages/arquivos/II%20Simposio/2-%20ORCAMENTO%20PARTICIPATIVO%20Alguns%20Motivos%20pelo%20Baixo%20Indice%20de%20Municipios%20Adeptos.pdf> Acesso em 25 jun 2018.

CALDEIRA, J. **Uma história de trabalho e superação**. Disponível em: http://www.votorantim100.com/uploads/filemanager/nossa-historia/votorantim90anos_FINAL_consulta.compressed.pdf Acesso em: 22 jul 2018.

DASSO Jr. A.E., **Gestão pública participativa: realidade ou ficção?** Disponível em: <http://consad.org.br/wp-content/uploads/2013/02/GEST%C3%83O-P%C3%9ABLICA-PARTICIPATIVAREALIDADE-OU-FIC%C3%87%C3%83O1.pdf> Acesso em 22 maio 2018.

GOMES, F.S. **Rousseau – Democracia e representação**. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/88818/225138.pdf?sequence=1> Acesso em 26 maio 2018.

KLEBA, M.E., COMERLATTO, D., FROZZA, K.M., **Instrumentos e mecanismos de gestão: contribuições ao processo decisório em conselhos de políticas públicas**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v49n4/0034-7612-rap-49-04-01059.pdf> Acesso em 02 jun 2018.

MARQUES, L.P.S. **Democracia, participação social e controle social**. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo3/democracia-participacao-social-e-controle-social.pdf>. Acesso em 22 mar 2018.

MEDEIROS, A.M. **A democracia em Rousseau**. Disponível em: <https://www.sabedoriapolitica.com.br/products/a-democracia-em-rousseau1/> Acesso em 21 maio 2018.

OAB VOTORANTIM. **História de Votorantim**. Disponível em: <http://www.oabsp.org.br/subs/votorantim/institucional/nossa-historia> Acesso em 27 jul 2018.

ROSSI, O. **Orçamento Participativo e a Formação para a Cidadania**. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/3886/000315070.pdf> Acesso em 17 set 2018.

SAHIONE, J.L.C. **Gestão Democrática no Serviço Público: O Caso Fiocruz.** Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/3367/000082996.pdf?sequence=1> Acesso em 28 abr 2018.

SANTOS, D.F. **O Orçamento Participativo: das Condições de Possibilidade à Descrição e Crítica.** Disponível em: <https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/2822/1/Or%C3%A7amento%20Participativo.pdf> Acesso em 23 jul 2018.

VIGLIO, J.E. **Avaliação da Experiência do Orçamento Participativo numa Cidade Média: O caso de Jaboticabal – SP.** Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/4377/DissJEV.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em 17 maio 2018.

VOTORANTIM, **Lei 1907/06 | Lei nº 1907 de 10 de outubro de 2006.** Disponível em: <https://camara-municipal-de-votorantim.jusbrasil.com.br/legislacao/805193/lei-1907-06>. Acesso em 04 mar 2018.

WAMPLER, B. **A difusão do Orçamento Participativo brasileiro: “boas práticas” devem ser promovidas?** Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/op/v14n1/03.pdf> Acesso em 01 jun 2018.